

Carta aberta à comunidade acadêmica e à sociedade alagoana

À comunidade acadêmica da UNEAL, às lideranças quilombolas, aos movimentos sociais, à imprensa e à sociedade alagoana,

Eu, Adriana Rocely Viana da Rocha, Coordenadora do Curso de Pedagogia em Educação Escolar Quilombola (PARFOR/Equidade) no Campus V da Universidade Estadual de Alagoas – UNEAL e Vice-Coordenadora do NEAB Aqualtune, venho a público expor a situação que tenho enfrentado no exercício das minhas funções e reafirmar meu compromisso com a educação pública, antirracista e socialmente referenciada.

Nos meses de setembro e outubro, o ambiente de trabalho no Campus V tem sido marcado por uma perseguição sistemática ao meu trabalho, protagonizada por docentes e discentes. Essa perseguição se expressa em hostilidade aberta, ataques pessoais e uso indevido de canais institucionais para veiculação de denúncias anônimas genéricas, sem lastro probatório e recheadas de inverdades. Tais práticas ferem minha honra, comprometem minha saúde e desorganizam a gestão de uma política afirmativa essencial para o povo quilombola.

No dia 04/10/2025, durante reunião pedagógica, fui alvo de acusações e pressões amparadas na invocação de suposta influência externa, instrumentalizada para me intimidar no exercício da função. Esse episódio intensificou um clima de violência simbólica voltado a silenciar a coordenação e as estudantes. Paralelamente, observam-se tentativas de fomentar hostilidade entre coordenação e discentes por meio de boatos e inverdades. Em 08/10/2025 e 09/10/2025, essa atuação se agravou com denúncias anônimas — genéricas, mal formuladas e desprovidas de provas — registradas na Ouvidoria da UNEAL, atingindo a mim e a um docente do PARFOR. O uso irresponsável desses instrumentos de controle social e escuta institucional deturpa a finalidade da ouvidoria e corrói a confiança acadêmica. Apesar de eu ter formalizado várias denúncias, aguardo posicionamento institucional.

Os efeitos são concretos: crises de ansiedade, acúmulo de atribuições e manutenção de um ambiente hostil que busca nos silenciar. Além disso, há crescente tensão entre as estudantes, muitas delas intimidadas e cogitando desistir do curso. Esse cenário contraria o dever institucional de assegurar um espaço educacional seguro, plural e antirracista, em conformidade com a legislação vigente e com os compromissos públicos da UNEAL.

Apesar das pressões, sigo atuando com transparência, firmeza e respeito institucional. O curso de Pedagogia em Educação Escolar Quilombola foi avaliado com nota máxima e, atualmente, atende três polos — União dos Palmares, Arapiraca e Santana do Mundaú — contemplando 180 estudantes. Realizamos também levantamento de demanda que indica cerca de 500 quilombolas interessados em cursar o ensino superior. Além disso, estamos construindo uma política interinstitucional para ofertar cursos de Agroecologia (extensão e graduação), em parceria com instituições como o IFAL/Murici, de modo a assegurar formações pertinentes às realidades e necessidades das comunidades.

Reflexões necessárias: a quem interessa esse desgaste?

- A desestabilização de uma coordenação comprometida com a educação quilombola interessa a projetos que rejeitam a inclusão e a justiça racial. Fragilizar a gestão e silenciar mulheres negras e aliadas produz efeito imediato: descontinuar políticas afirmativas, esvaziar turmas e deslegitimar a presença quilombola na universidade.
- O uso abusivo de denúncias anônimas, sem lastro, funciona como instrumento de assédio institucional, desviando tempo e energia de quem trabalha e normalizando a cultura do medo. Tal prática beneficia quem prefere o caos à transparência, o ataque à construção coletiva.

- Quando estudantes são intimidadas a ponto de cogitar a evasão, quem ganha é a lógica excludente que historicamente negou às comunidades quilombolas o acesso à educação superior. O prejuízo não é individual: é comunitário e civilizatório.
- O silêncio institucional diante de fatos reiterados comunica tolerância ao abuso. Essa omissão, ainda que não intencional, serve aos interesses de quem quer interromper a política pública, desmoralizar o curso e desmobilizar a rede de proteção social e acadêmica.

Diante desse quadro, venho:

1. Reiterar meu compromisso com a ética, a legalidade e a defesa dos direitos humanos, em especial os direitos das comunidades quilombolas e das mulheres em espaços de liderança acadêmica.
2. Solicitar, publicamente, que a UNEAL:
 - Assegure ambiente de trabalho seguro, com protocolos claros de reuniões, mediação imparcial e vedação a qualquer forma de ameaça ou constrangimento;
 - Estabeleça critérios mínimos de admissibilidade para denúncias, preservando o direito de petição, mas coibindo o uso abusivo e anônimo sem elementos mínimos;
 - Garanta apoio administrativo e psicossocial à coordenação do curso no Campus V, de modo a garantir um ambiente de trabalho saudável para as atividades acadêmicas;
 - Promova ações formativas em educação antirracista e convivência acadêmica, com participação do NEAB e da Comissão/Setor de Direitos Humanos.
3. Convidar a comunidade acadêmica e as lideranças quilombolas a manterem o diálogo, o respeito e a construção coletiva, denunciando práticas de assédio e perseguição, e fortalecendo o compromisso com a educação quilombola — conquista histórica e dever constitucional.
4. Solicitar o apoio das entidades representativas, do Sindicato e dos órgãos de controle para o acompanhamento dos procedimentos, com garantia do contraditório e da ampla defesa, e para a adoção de medidas que desestimulem o uso político ou persecutório de canais institucionais de escuta.

Não abrirei mão da missão que me foi confiada: garantir uma formação docente que reconheça, valorize e proteja os saberes, as culturas e os direitos das comunidades quilombolas. A universidade pública deve ser espaço de acolhimento, ciência, diálogo e justiça — nunca de intimidação.

Agradeço às e aos que têm se mantido ao lado da legalidade, do respeito e da construção de uma universidade antirracista. Coloco-me à disposição para prestar esclarecimentos, apresentar documentos e colaborar com todas as instâncias legítimas de apuração.

União dos Palmares/AL, 10 de outubro de 2025

Adriana Rocely Viana da Rocha
 Coordenadora – Pedagogia em Educação Escolar Quilombola
 (PARFOR/Equidade) – UNEAL – Campus V
 Vice-Coordenadora do NEAB Aqualtune